

Nordeste financia vinda de mendigo

José Euflávio

Por trás da tragédia das mães que pedem esmolas nas ruas de Brasília, usando seus filhos como forma de sensibilizar as pessoas, há uma história triste e desagradável. Órgãos assistenciais

de estados do Nordeste estão pagando passagens para mendigos desembocarem na Rodoviária de Brasília, segundo denúncias desses próprios pedintes. Os Estados de Paraíba, Ceará e Alagoas recebem a maior parte dessas acusações, feitas, na maioria das vezes, de forma inocente pelas próprias vítimas.

São famílias inteiras vitimadas por enchentes ou desabamentos em cidades do Nordeste como João Pessoa, Fortaleza e Maceió que acabaram parando em Brasília, patrocinadas por órgãos assistenciais das prefeituras ou do próprio governo estadual. Os governos daqueles estados agem dessa forma para se livrarem de problemas como falta de moradias que os desabrigados enfrentam a cada enchente que acontece nas grandes cidades, desses estados.

Uma dessas vítimas é Maria do Socorro Pereira da Silva, 35 anos, ex-moradora da favela Beira Rio, situada no bairro nobre de Cabo Branco, em João Pessoa. Em maio de 1989, por conta de fortes chuvas que abalaram a capital da Paraíba, ela perdeu a casa e dois filhos, além de um tio e duas irmãs. Em compensação, ganhou uma passagem de ônibus para Brasília, paga pela deputada federal Lúcia Braga (PDT), esposa do então prefeito de João Pessoa, Wilson Braga. Hoje, com oito filhos menores, residindo em Samambaia, ela fez da 502 Sul seu meio de vida.

Esmolas — Com duas crianças com menos de dois anos, Maria do Socorro pede a quem passa pelo local o sustento para seus filhos. E conta seu drama, aos prantos. "Em João Pessoa pelo menos eu tinha onde trabalhar, com meu marido. Aqui estou humilhada pedindo esmolas e não tenho como voltar", conta ela. O marido José Pereira da Silva, ao chegar em Brasília, começou a trabalhar como operário da construção civil. Acabou quebrando a perna, ficou inutilizado, virou alcoolatra e hoje pede esmolas também, junto com a mulher e os filhos, todos menores.

Nenhum dos filhos de Maria do Socorro está na escola. "Como posso pagar escola, se não estou conseguindo nem a alimentação deles?", pergunta. Mesmo nestas condições, ela está grávida de três meses e aguarda mais um filho. "Um dia ainda volto para o meu lugar", acredita, frisando que lá "era muito melhor".

Trânsito — Era impossível passar pelo Setor Comercial, ontem, sem se dispensar pelo menos um minuto de atenção a Rosilda Lima Costa, 20 anos. Natural de Cajazeiras, na Paraíba, ela veio parar em Brasília sob o patrocínio, segundo informa, do prefeito local, Antônio Vituriano. Seu drama aumenta quando descobre-se que ela conduz uma pequena criança de apenas um mês. Para proteger o pequeno Roberto do sol, Rosilda tomou emprestado uma sombrinha de uma amiga.

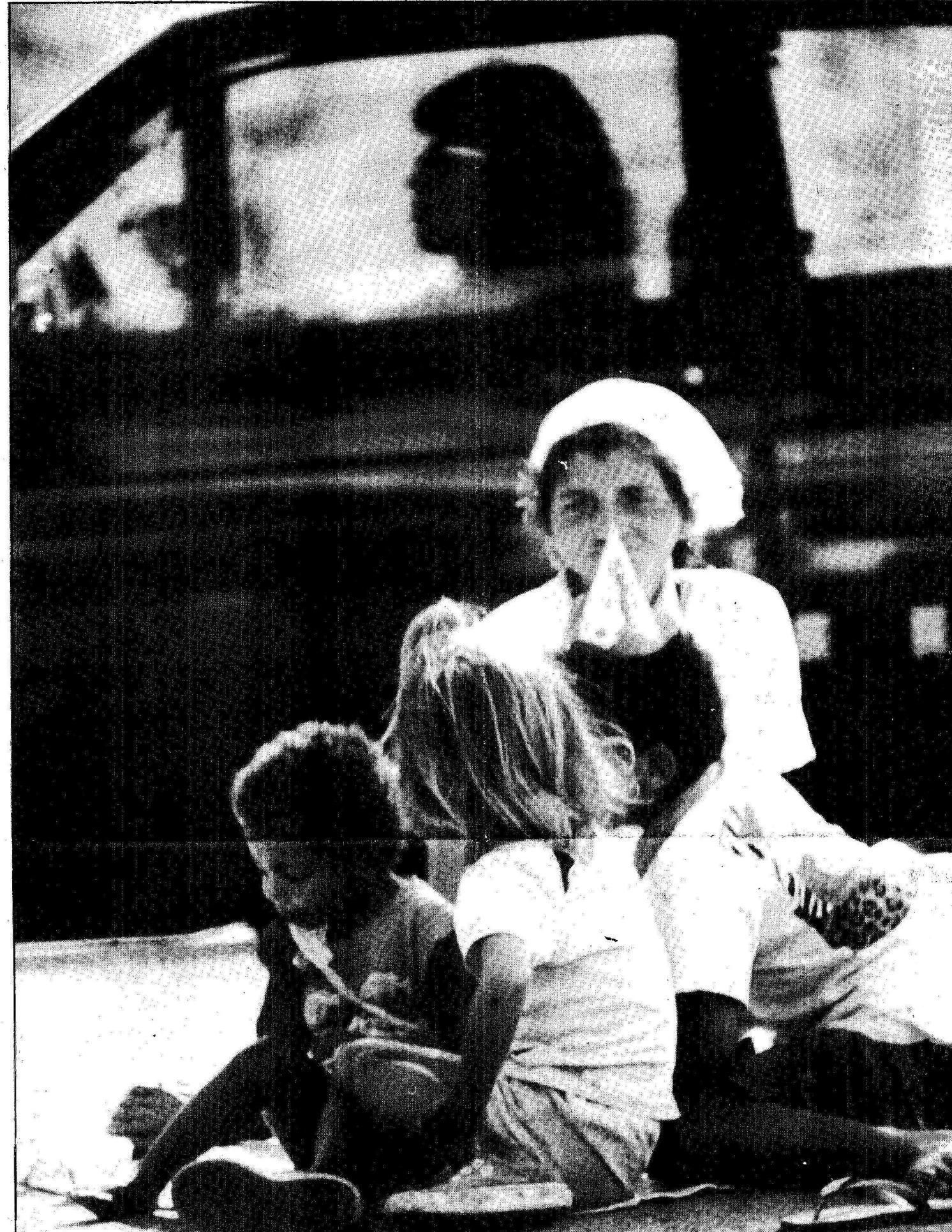
"Tenho pena dele, mas não dá para fazer nada, a não ser pedir", conta ela, frisando que em sua terra estudou no Colégio Diocesano, mas foi obrigada a vir para Brasília com o pai e os irmãos. "Nós viemos trabalhar em chácara, mas agora vivemos pedindo esmolas na cidade", observa. Por dia, Rosilda consegue uma média de Cr\$ 5 mil. "Dá para comprar o leite e nada mais".

A enchente que abalou Fortaleza há dois meses, é responsável por mais uma habitante de Brasília. Maria das Dores Paulo ganhou uma passagem "das moças do governo" e atualmente é mais uma pedinte no Setor Comercial Sul. "Tenho quatro filhos e estou grávida de oito meses. Não tenho nada para ter esse menino", garante.

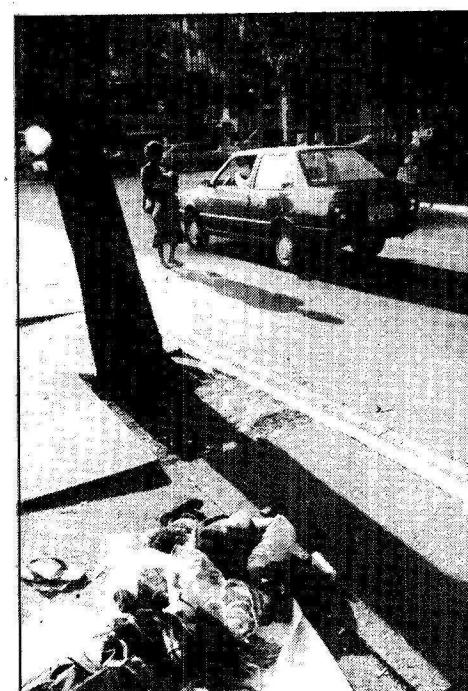
A tragédia comove a cada história. Como a de Severina Bezerra Costa, que tenta voltar para João Pessoa, mas não tem dinheiro e a solução é ficar pedindo aqui.



FOTOS: VANDERLEI POZZEMBOM



Por trás de cada família há uma história marcada pela necessidade que leva o pedinte a desconhecer os riscos da cidade grande



A rua vira o único lar das crianças



Os pequenos são usados para sensibilizar



A maioria não dá atenção ao pedinte



Para pedir, toda família vai à luta



Eles vêm em busca de melhorias



Quase todos chegam da Região Nordeste

CAS quer conter ondas de migração

Uma comissão da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal vai visitar cidades do Nordeste, no próximo mês, entre elas João Pessoa (PB) e Jacobina (BA), para evitar que órgãos de assistência social continuem a mandar desabrigados para Brasília. Segundo Fátima Maria Teixeira, assessora do Centro de Apoio Social do DF, mais de 300 famílias chegam todos os meses no órgão à procura de ajuda financeira e de tratamento médico.

Essas famílias, diz ela, chegam a Brasília à procura de empregos, solicitando tratamento médico, mas, principalmente, movidas pela política de assentamento promovida pelo GDF na periferia do Distrito Federal. O CAS já fez levantamento sobre a migração para Brasília e constatou que prefeituras da Paraíba, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Pernambuco vêm incentivando flagelados a se transferirem para o DF, com vários argumentos: aqui os empregos seriam fáceis, o sistema de saúde "é dos mais eficientes do País e o governo está dando lotes para quem quiser construir suas casas".

Este tipo de incentivo a desabrigados, no Nordeste, está fazendo com que somente o CAS — um dos muitos órgãos de assistência social mantidos pelo GDF — gaste a cada mês, na assistência a essas pessoas, uma média de Cr\$ 20 milhões. "Para os prefeitos é muito cômodo livrar-se de um problema mandando as pessoas para Brasília", comenta Fátima Teixeira, do CAS.

Assaltos — A Rodoviária e a Rodoviária do Plano Piloto viraram terra de ninguém. Somente um comerciante da Rodoviária, já foi roubado 37 vezes em dois anos e nenhuma providência foi tomada, principalmente depois que o presidente Fernando Collor assinou o Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante os direitos dos menores. Os menores roubam, agredem pessoas e a polícia nada pode fazer, já que a legislação não permite que eles sejam presos.

Sebastião Pimenta, proprietário das lojas San Cristovam e Diziolim já foi roubado 37 vezes, a última delas no mês passado. O menor foi flagrado por ele, entregue aos policiais e conduzido à CPE. Lá, dentro de poucos minutos, o menor foi liberado. "Quando voltei da CPE, já encontrei o menor rindo da minha cara na Rodoviária", conta Pimenta.

Os menores infratores, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, só podem ser presos em viaturas especiais e levados para uma casa de recuperação, que não existe em Brasília. "Isso é um absurdo", resume Pimenta. Para se proteger dos menores da Rodoviária, ele pôs portões de ferro em suas duas lojas, mas foi multado por funcionários do governo, que o acusaram de ter modificado a arquitetura do local.

Os policiais confirmam as queixas do comerciante. Segundo o soldado Crisaldo, que ontem trabalhava na Rodoviária, a situação está muito ruim para os comerciantes. "Não podemos prender os menores, pois eles já sabem os direitos que têm no Estatuto da Criança e do Adolescente", diz o soldado. Crisaldo acrescenta que os menores roubam e quando os policiais chegam eles caem no chão gritando para chamar a atenção das pessoas.

Segurança — No Conjunto Nacional Brasília, a segurança foi reforçada para impedir a ação dos menores. "Nós temos que ter a nossa segurança, para evitar os roubos aqui nas lojas e para proteger as próprias pessoas que vêm comprar em nossas lojas", acredita o gerente de marketing, Renato Horne.

Muitas tentativas de roubos e assaltos já foram feitas no Conjunto Nacional, mas os seguranças evitaram a tempo, conta Renato Horne. Eles entraram em contato com o órgão do GDF, na tentativa de dar cursos para os menores, fazendo com que eles tenham uma profissão e saiam das ruas.